

ETNOGRAFIA, MEIO AMBIENTE E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Renzo Taddei¹, Ana Laura Gamboggi²

Resumo: Este artigo apresenta a etnografia em seus fundamentos básicos, da forma como se desenvolveu no campo da antropologia, e discute as possibilidades e desafios do seu uso em pesquisas ligadas a temas ambientais e conduzidas por pesquisadores de outros campos acadêmicos. Em especial, o artigo discute as relações e possíveis conflitos entre a atitude de abertura epistemológica que marca a atividade etnográfica, e o normativismo presente em parte das pesquisas ambientais, particularmente as vinculadas a processos de elaboração de políticas públicas. Por fim, o artigo argumenta a favor da conveniência da etnografia em pesquisas sobre comunicação ambiental.

Palavras-chave: Etnografia. Comunicação. Meio ambiente. Observação participante. Ciências sociais aplicadas.

ETHNOGRAPHY, ENVIRONMENT AND ENVIRONMENTAL COMMUNICATION

Abstract: This paper presents the basic foundations of ethnography, as it developed in anthropology, and discusses the possibilities and challenges of its use in environmental research carried out in other academic fields. The article discusses especially the relations and the possible conflicts between the attitude of epistemological openness that characterizes ethnography, and the normativism that marks environmental research, particularly those associated with the elaboration of public policies. Finally, the article argues in favor of the convenience of using ethnography in environmental communication research.

Keywords: Ethnography. Communication. Environment. Participant observation. Applied social sciences.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a etnografia ganhou espaço considerável para além da antropologia, disciplina onde surgiu e se desenvolveu ao longo do século 20. Esse avanço se deu, sobretudo, nas chamadas ciências sociais aplicadas. Hoje, é comum encontrar pesquisadores das áreas de comunicação, educação, saúde pública, serviço social, segurança pública e ecologia humana que têm na etnografia seu método preferencial de

1 Professor adjunto de Antropologia e Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: renzo.taddei@eco.ufrj.br.

2 Pesquisadora pós-doutoranda, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Pesquisadora do Centro de Altos Estudos da Escola Superior de Propaganda e Marketing. E-mail: anagamboggi@gmail.com.

pesquisa. Em cada uma dessas disciplinas, a etnografia se relaciona com outros métodos de investigação e com as temáticas que marcam cada campo acadêmico, gerando assim configurações epistemológicas distintas e variadas. Este texto tem como objetivo apresentar, de forma sucinta e esquemática³, a etnografia como método de pesquisa, e analisar de forma mais específica as implicações e desafios de seu uso em pesquisas relacionadas a temas ambientais. Em seguida, teceremos comentários a respeito de como a etnografia se apresenta como metodologia promissora também no campo da comunicação ambiental.

A ETNOGRAFIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A etnografia, dentro das ciências sociais, tem um “mito de origem” curioso. Em 1914, Bronislaw Malinowski, polonês que se estabelecera na Inglaterra como professor de antropologia, fez viagem de pesquisa ao Pacífico Sul e à Austrália. Naquele mesmo ano se iniciou a Primeira Guerra Mundial, onde Polônia (então parte do império austro-húngaro) e Inglaterra combateram em campos opostos. Como cidadão polonês em território inglês, Malinowski foi impedido de retornar à Inglaterra, e sua estada naquela região do mundo acabou sendo muito mais longa do que ele havia planejado (STOCKING JR., 1986). Entre 1914 e 1918, Malinowski realizou três longos períodos de permanência entre os nativos das Ilhas Trobriand, na costa leste da Papua Nova-Guiné, totalizando dois anos e oito meses de pesquisa de campo. Ao retornar a Londres, Malinowski publicou parte dos resultados de seu trabalho no livro *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1984 [1922]), cujo capítulo de abertura contém a apresentação do método etnográfico usado pelo pesquisador, e em especial da técnica da *observação participante*. O livro tornou-se um clássico da antropologia, e o método descrito por Malinowski passou a ser adotado por seus alunos e outros antropólogos ingleses, lentamente se disseminando entre as mais distintas vertentes da antropologia mundial.

Malinowski não inventou a observação participante. Antes dele, nos Estados Unidos, na virada do século 19 para o 20, Frank Hamilton Cushing fez pesquisa etnográfica entre os índios Zuni, no Novo México (GREEN, 1990); e Franz Boas realizou pesquisa de campo entre os Esquimós, e posteriormente entre os Kwakiutl, nativos no noroeste americano e oeste canadense (STOCKING JR., 1960). Muito antes, há mais de dois milênios, na Grécia clássica, Heródoto nos deixou registros testemunhais de costumes e tradições dos povos que circundavam a Grécia no seu livro *Histórias* (1999). No século 11, o persa al-Bīrūnī fez pesquisa etnográfica na Índia (SACHAU, 1910).

3 Leitores interessados em discussões menos esquemáticas e que tocam os principais pontos dos debates antropológicos na atualidade podem consultar Carneiro da Cunha (2009), Velho (2007) e Viveiros de Castro (2002, 2007), para um (bom) começo. Para discussões específicas sobre a etnografia, ver Castro (2008), Cardoso (1986), Cardoso de Oliveira (2006), Clifford (2002) e Peirano (1995).

O que Malinowski propôs de diferente, no entanto, estava diretamente relacionado à sua experiência no Pacífico. Malinowski percebeu que existe um problema metodológico de pesquisa relacionado à forma como certas questões são salientes no pensamento cotidiano dos membros de uma sociedade, enquanto outras não são. Há coisas em nossa existência social sobre as quais não falamos, e isso se dá por várias razões. Uma delas é o fato de que internalizamos algumas formas de comportamento na infância e seguimos repetindo-as no convívio social, de forma habitual, sem colocar atenção em tais comportamentos. Outra é que aprendemos a evitar falar - e mesmo pensar - a respeito de certos temas, como questões ligadas aos tabus, mesmo que eventos de alguma forma relacionados a tais tabus sejam frequentes. O ponto central é a conclusão de que essas questões dificilmente vêm à tona por meio de técnicas de pesquisa que dependem da verbalização consciente dos informantes, como é o caso das entrevistas. Malinowski se deu conta de que, ao permanecer por tempo suficiente com determinado grupo social, o pesquisador tem a oportunidade de observar comportamentos e eventos sociais (como certos rituais) que dificilmente seriam mencionados em entrevistas (MALINOWSKI, 1984).

Além disso, Malinowski percebeu que o contato prolongado com uma comunidade ou grupo social dá ao pesquisador condições de se aprofundar no estudo da realidade social de tais grupos. O aprendizado da língua do grupo (ou dialeto, registro ou linguagem técnica, em casos específicos) pelo pesquisador faz com que este não necessite de intérpretes e dessa forma não seja vítima de distorções e perdas de conteúdo que caracterizam as traduções. O pesquisador tem também a possibilidade de aprender em primeira mão as formas como o grupo ou comunidade se organiza no tempo e no espaço, ou seja, os calendários sociais usados. Como as atividades de produção econômica, rituais religiosos, atividades políticas e demais processos sociais estão ligados ao ciclo anual das estações, Malinowski concluiu que a pesquisa de campo deveria ter a duração mínima de um ano (ou de pelo menos a duração mínima dos principais ciclos socioculturais do grupo estudado; ver RIEMER, 2011), de modo que o pesquisador pudesse acompanhar as transformações vividas pela comunidade ao longo do seu calendário.

Como se pode ver, a observação participante consiste em permanecer no grupo social ou comunidade estudada, em situação de imersão, de modo que o pesquisador tenha experiência vivencial (e não apenas intelectual) das realidades cotidianas dos seus interlocutores. Se há uma marca que caracteriza a etnografia de forma singular é o modo com que esta valoriza os contextos socioculturais onde a vida social acontece. O pressuposto teórico que seres humanos agem, pensam e sentem em função do contexto em que se encontram está presente na obra de pensadores importantes da teoria social do século 20, como Alfred Schutz e sua teoria das “províncias de significado” (SCHUTZ, 1967), por exemplo. Na antropologia brasileira, para citar contribuição

mais recente, Roberto DaMatta desenvolve esse pensamento em seu livro *A Casa e a Rua* (DAMATTA, 1997)⁴.

Como exemplo da importância do contexto para a pesquisa da vida social, basta lembrar que a memória faz uso recorrente de estratégias mnemônicas que dependem de estímulos contextuais (como palavras específicas durante um ritual, ou formas específicas de vestimenta), e por essa razão, muitas vezes fatos importantes não são mencionados em entrevistas, simplesmente porque não são lembrados pelo interlocutor⁵. Essa postura teórica coloca desafios para as ciências sociais e comportamentais, ao questionar a ideia de que comportamentos socialmente relevantes possam ser estudados fora do contexto habitual onde estes ocorrem (como em laboratórios, por exemplo⁶).

Ao longo do século 20, e por influência direta de Malinowski, convencionou-se pensar que o objetivo principal da etnografia é propiciar ao pesquisador as condições para que ele possa “ver o mundo com os olhos” dos seus interlocutores locais. A partir da década de 1970, no entanto, alguns autores passam a questionar essa atitude teórica, influenciados pelo trabalho do antropólogo britânico Evans-Pritchard (além do de filósofos como Gadamer e Wittgenstein), que defendia a ideia que a etnografia era, na verdade, uma atividade de tradução intercultural (BEIDELMAN, 1971). Clifford Geertz (1973), nos Estados Unidos, vai mais adiante ao defender que a etnografia, e a antropologia de forma mais geral, consiste num esforço de *comunicação* entre culturas distintas. A etnografia passa a ser entendida como a descrição da realidade das tais comunidades *na percepção do etnógrafo*⁷, ou seja, tendo como pano de fundo as referências culturais, sociais e econômicas do pesquisador. A pesquisa etnográfica passa a ser entendida como atividade necessariamente relacional, onde o foco central passa a ser a relação entre os modelos culturais e sociais do pesquisador e os das comunidades estudadas (WAGNER, 2010). Essa mudança de atitude marca também um direcionamento mais político da atividade antropológica, onde em vez da catalogação de práticas culturais, o objetivo passa a ser entender o papel das diferenças e sua relação com temas como direitos humanos, globalização e desenvolvimento, identidades étnicas e de gênero, a participação política de minorias, etc. Nas palavras de Ruth Benedict,

4 Ver Taddei e Gamboggi (2010) para um exemplo ligado ao meio ambiente no Brasil.

5 Também por razões mnemônicas, os interlocutores tendem a fazer referência a um horizonte temporal restrito, relativos a um passado e futuro próximos (ou a formas específicas de codificar o tempo nos gêneros de comunicação característicos do grupo estudado). Períodos longos de pesquisa permitem ao pesquisador observar ciclos e atividades que se repetem com certo padrão no tempo (e no espaço), o que se perde em períodos de pesquisa muito curtos.

6 Estamos nos referindo a pesquisas que usam o laboratório como parte integrante do *método* de investigação – como em psicologia e economia experimental –, e não como *objeto ou prática social* a ser analisada – como nas etnografias de laboratório realizadas por Latour ou Garfinkel, por exemplo (LATOURE e WOOLGAR 1979; GARFINKEL, LYNCH e LIVINGSTON 1981).

7 Mas não menos sistemáticas e fundamentadas em rigor metodológico.

“o objetivo da antropologia é fazer com que o mundo seja um lugar onde as diferenças humanas possam existir em segurança”⁸.

A PRÁTICA ETNOGRÁFICA

Em decorrência da dimensão temporal da etnografia - a permanência no local de pesquisa por períodos longos -, a pesquisa de campo demanda planejamento, preparação, e uma grande dose de esforço pessoal e perseverança. O pesquisador deve se preparar linguisticamente, de modo a ser capaz de entender seus interlocutores. Isso não significa necessariamente a necessidade de aprender outro(s) idioma(s), mas pode incluir o estudo de termos técnicos e variações linguísticas regionais, por exemplo. Além disso, o pesquisador deve planejar a logística do trabalho de campo, o que inclui pensar na quantidade de material de pesquisa⁹ a ser levada a campo, formas de reabastecimento de tais materiais, além de recursos pessoais básicos¹⁰. Informações úteis para o planejamento das atividades de campo podem ser obtidas já na etapa de revisão da literatura acadêmica, durante a elaboração do projeto de pesquisa. Há que se consultarem também as fontes não acadêmicas mais óbvias, como guias de viagem, mapas e consulados, para citar apenas algumas.

A primeira etapa da pesquisa propriamente dita é a chegada, ou entrada, no campo. Esse é o momento de contato inicial com os interlocutores locais. Durante a atividade de planejamento, é possível buscar pessoas que conheçam o local ou a comunidade da pesquisa (como pesquisadores que estiveram lá ou entre eles anteriormente), e por meio dessas pessoas conseguir indicações de contatos, cartas de apresentação, etc.

A entrada em campo é um momento especial, onde ocorrerá o estabelecimento de *rapport* com a população local (isto é, de contatos significativos e a criação de relações de confiança), e a seleção de informantes-chave. A literatura antropológica é rica em descrições de contatos iniciais dramáticos. Num dos textos mais famosos da antropologia americana, Clifford Geertz descreve que a população do vilarejo balinês para onde ele e sua esposa se dirigiram na década de 1950, com o intuito de fazer pesquisa etnográfica, os tratava no momento do primeiro contato com enorme indiferença, como se o casal fosse invisível, gerando assim ansiedade e frustração. A situação mudou apenas quando o casal fugiu, junto com os demais membros do vilarejo, no momento em que a polícia

8 Fonte: <http://www.1902encyclopedia.com>, acessado em 14 de junho de 2011. Tradução dos autores.

9 Como pilhas, cadernos, computadores, baterias, transformadores, adaptadores, câmeras, gravadores, etc.

10 Dinheiro, roupas apropriadas, remédios, proteção contra intempéries, insetos e outros animais, *hipoclorito* de sódio em pastilhas ou gotas para desinfecção de água para beber, informações sobre meios de transporte e de comunicação disponíveis, e mesmo alimentos, se necessário.

balinesa reprimiu violentamente uma rinha de briga de galos na comunidade. O casal tinha documentos oficiais autorizando sua presença na comunidade, e sua condição de estrangeiros os protegia da ação policial. Mas a reação espontânea e não calculada de fugir da polícia funcionou como demonstração de solidariedade do casal para com a comunidade, e no dia seguinte, as atitudes dos membros da comunidade para com o casal eram radicalmente diferentes. Eles haviam sido “aceitos” (GEERTZ, 1973).

Já o antropólogo americano Lambros Comitas¹¹, ao chegar a Barbados para uma pesquisa sobre o *obeah* (prática religiosa de origem africana), também nos anos 1950, foi informado pelo atendente do bar do vilarejo para onde havia se dirigido que não havia *obeah* na comunidade. Frustrado, mudou o tema da sua pesquisa para a pesca artesanal naquela região do país. Após mais de um ano de pesquisa, ao despedir-se dos membros da comunidade, foi informado pelo mesmo atendente que o sacerdote *obeah* era um homem que Comitas frequentemente via sentado em uma mesa do bar, mas que eles não revelam essa informação para qualquer estranho que chegue à comunidade fazendo perguntas (L. COMITAS, comunicação pessoal). Ou seja, os membros do grupo ou comunidade estudados via de regra estarão ocupados com seus problemas cotidianos, e irão querer saber quem é o pesquisador, por que está ali, quais suas intenções, e por que devem dedicar seu tempo e energia ajudando-o. À entrada em campo se segue uma infinidade de situações de negociação, implícita e explícita, a respeito do “lugar” do pesquisador – nos mais diversos sentidos do termo: lugar físico, social, político, ético-moral –, o que muitas vezes perdura por toda a pesquisa.

Uma vez estabelecida sua presença no grupo ou comunidade, o pesquisador deve estar atento à forma como as observações de campo serão registradas, armazenadas e organizadas. Há entre entusiastas recentes da etnografia, em especial em outras disciplinas que não têm uma história longa de reflexão metodológica sobre a etnografia como a antropologia, a falsa ideia de que a observação participante, por sua natureza qualitativa, é um método mais “fácil” do que outros, como o uso de questionários e as análises estatísticas, por exemplo. Trata-se de uma ideia equivocada: a etnografia demanda um alto grau de disciplina e autocontrole. De maneira geral, o etnógrafo constrói seu material de trabalho por meio do registro detalhado dos processos sociais, culturais e econômicos que observa (rituais religiosos, festas, trocas econômicas, processos políticos, conflitos, atividades produtivas, atividades de recreação, formas de organização familiar, cuidados com o corpo, etc.). Há muitas formas de fazer esse registro. A mais comum consiste na elaboração de anotações de campo, em que o pesquisador toma nota do que observou, da forma mais detalhada possível. Esse registro pode se dar também por meio de gravações de áudio, de imagens fotográficas, de vídeo, e da coleta de materiais visuais e textuais produzidos pelo grupo e em arquivos diversos. Além disso, outras técnicas de coletas de dados, como elaboração de genealogias, entrevistas em graus variáveis de estruturação,

11 Lambros Comitas é professor de antropologia na Universidade de Columbia, Nova Iorque, e foi orientador de doutorado de um dos autores (R. Taddei).

histórias de vida, e inclusive técnicas quantitativas (como a aplicação de questionários e posterior análise estatística dos resultados, e mesmo medições numéricas, como medidas corporais, de terra agricultável, ou de volume de produção), podem ser combinadas com a observação participante¹². Mais recentemente, o uso de tecnologias digitais tem sido incorporado em pesquisas de campo. Exemplos disso são as *netnografias*, ou etnografias em redes sociais da Internet, e o uso de tecnologias de sensoriamento remoto e imagens de satélite na composição dos dados a serem analisados posteriormente.

É importante frisar que, no intuito de se entender questões sociais e culturais, é preciso coletar e interpretar dados sobre os mais variados aspectos da vida do grupo, inclusive sobre temas que, numa primeira análise, parecem não ter relação direta com os objetivos centrais da pesquisa. Uma pesquisa focada nos aspectos religiosos de um grupo social, por exemplo, deve gerar dados também sobre sua existência econômica e produtiva, porque não raro há relações importantes, mesmo que muitas vezes não explicitamente perceptíveis, entre religião e economia.

É por meio da recorrência de fatos observados e registrados que o pesquisador percebe que tais fatos são padrões de comportamento ou de ação social. Malinowski sugeriu que os dados coletados fossem organizados em tabelas ou outras formas de quadros sinóticos, de modo que a apresentação e interpretação dos resultados sejam facilitadas (MALINOWSKI, 1984). Daí a necessidade de que os registros sejam detalhados: no início da pesquisa, e justamente quando o *choque cultural* (ou seja, o contraste entre as formas de ver e estar no mundo da comunidade e do pesquisador) é mais forte, e, portanto, quase tudo é saliente aos olhos do pesquisador, esse em geral não sabe o que se mostrará relevante para a análise teórica posterior. Há sempre uma dimensão exploratória nas primeiras etapas da pesquisa de campo.

Os registros precisam também ser sistematicamente organizados. É comum que, ao final de um ano de pesquisa, o pesquisador tenha três ou quatro mil páginas de notas de campo. Se os dados não estiverem organizados e indexados (ou seja, classificados por temas e com as páginas da ocorrência de registros relacionados a cada tema anotadas em

12 Não há uma relação de oposição entre a observação da ação social enquanto esta se desenrola, na observação participante, e o uso de técnicas em que os contextos são mais controlados, como as entrevistas. Há, ao contrário, uma relação de complementaridade. O uso de técnicas diferentes faz parte do processo de *triangulação* (DENZIN, 1979), em que o pesquisador submete a mesma realidade a distintas técnicas de pesquisa e busca pontos de vista de informantes diferentes. Isso muitas vezes possibilita ao pesquisador ser capaz de entender, com o decorrer do tempo, o que inicialmente se apresentava como incongruência nas formas com que o grupo organiza sua diversidade interna. Mas há inconsistências que permanecem: não há razão para se esperar que as práticas socioculturais sejam perfeitamente coerentes, onde quer que seja.

um índice geral¹³), no futuro o pesquisador não será capaz de encontrar uma informação importante dentro do grande volume de anotações.

Além disso, há o tema da confidencialidade dos dados. Em primeiro lugar, os protocolos de ética em pesquisa, no Brasil e no exterior, exigem que os interlocutores sejam informados de forma clara e precisa a respeito da natureza voluntária da sua participação, dos objetivos da pesquisa, e dos riscos que eventualmente correm por participar. Na terminologia das ciências sociais, isso se denomina *consentimento informado*: o membro do grupo estudado consente em participar, após ter sido informado a respeito dos detalhes da pesquisa. Desnecessário dizer que é inaceitável que as informações dadas aos interlocutores sejam propositalmente incompletas, falsas ou distorcidas.

Com relação aos riscos que o interlocutor pode correr em participar da pesquisa, existem os casos em que as atividades estudadas são potencialmente ou efetivamente ilegais (como, no Brasil atual, a corrupção na política, o tráfico de drogas, a violência ilegítima da polícia, o contrabando, a poligamia, a pistolagem, a ocupação de propriedade privada, etc.), ou onde os interlocutores estão em situação de risco social e político (em razão de perseguição política ou discriminação racial ou étnica, por exemplo). Em geral, é preciso haver a preocupação com o sigilo a respeito das identidades pessoais dos interlocutores, mesmo quando o tema da pesquisa não envolve formas mais ostensivas de conflito. Nomes fictícios são comumente usados, não apenas para indivíduos, mas também para comunidades e cidades, de modo que a identificação dos interlocutores seja dificultada. No caso de interlocutores em situação ilegal¹⁴ ou de risco, essa preocupação deve ser redobrada. É preciso garantir que os registros de campo não sejam passíveis de confisco ou roubo, e mesmo adotar estratégias adicionais para proteger as identidades dos informantes (como, por exemplo, usando nomes fictícios nas próprias notas de campo). O antropólogo guatemalteco Ricardo Falla teve sua casa na Guatemala invadida por forças do governo e suas notas de campo sobre as “Comunidades de População em

13 Lambros Comitas levou a Barbados, nos anos 1950, uma máquina de escrever portátil, folhas em branco em grande quantidade, folhas de papel-carbono, e caixas de sapato. Rotulou cada caixa de sapato com categorias de análise antropológica que cria relevantes (parentesco, religião, política etc). Escrevia suas notas de campo em duas vias, usando as folhas de papel-carbono. Uma via era arquivada; a outra tinha os parágrafos recortados com tesoura e depositados nas caixas correspondentes. Desta forma, indexava os dados de campo à medida que os produzia (comunicação pessoal). Hoje, há vários softwares que fazem a indexação de dados de campo, inclusive produzidos em multimídia, dentre os quais os mais conhecidos são provavelmente o Weft-QDA (gratuito e de código aberto), o NVivo, o Maxqda e o Atlas.ti.

14 Naturalmente pode haver dilemas éticos e morais na realização de etnografia onde ocorrem atividades ilegais (ainda que não necessariamente pela sua suposta ilegalidade); o trabalho do antropólogo, no entanto, não é trabalho de polícia. Sem a necessária atitude aberta que caracteriza a abordagem etnográfica (e que permite que antropólogos sejam aceitos em campo e nele permaneçam), trabalhos importantíssimos sobre criminalidade e segurança pública jamais seriam realizados. Ver, por exemplo, Zaluar 2000 e 2004, e Kant de Lima 1994 e 2008.

Resistência” (grupos populares de resistência à violência militar estatal nos anos 1980) roubadas¹⁵ (MANZ, 1995).

Com relação ao que exatamente registrar nos dados de campo, não há uma resposta única: diferentes orientações teóricas, objetivos específicos da pesquisa, bem como fatores biográficos, tanto do observador como dos interlocutores (PEIRANO, 1995), são elementos que em geral determinam quais aspectos da realidade observada serão mais salientes e relevantes. Pesquisadores focados em questões políticas, por exemplo, tendem a observar com mais atenção temas ligados a formas de liderança, métodos de resolução de conflitos, formação e funcionamento de facções, sistemas de alternância nas posições de poder, ainda que, como mencionado anteriormente, a observação participante os estará colocando em contato com outras dimensões da vida do grupo, e essas devem ser registrada também, tanto quanto possível. Já pesquisadores interessados em questões linguísticas tenderão a colocar mais atenção nas atividades sociais onde há intensa verbalização ou produção textual, e menos nas em que as pessoas estão solitárias ou em silêncio – mas é preciso também entender como os silêncios são parte da vida social do grupo. O bom senso acadêmico sugere que o etnógrafo só inicie o trabalho de campo quando já atualizado a respeito das pesquisas anteriores sobre o tema em questão. Inevitavelmente, a literatura já existente sobre determinado grupo ou fenômeno social acaba por influenciar na composição do conjunto de temas e fatos da realidade que serão mais salientes para o pesquisador, quando este estiver em campo.

Malinowski recomendou que a etnografia procurasse focar em três dimensões da realidade social do grupo estudado: em primeiro lugar, a organização do grupo e a “anatomia da sua cultura” devem ser investigadas, em suas linhas gerais. Em seguida, o pesquisador deve ater-se ao que Malinowski chamou de “imponderáveis da vida real”, comportamentos e fatos da vida grupal que compõem a vida cotidiana, e que devem ser registrados de forma minuciosa. Esses comportamentos e fatos são o que de certa forma preenchem de vida o esquema abstrato produzido no item anterior, frequentemente contradizendo aspectos formais da organização social e cultural do grupo (BAILEY, 2001). E, por fim, o pesquisador deve registrar as ideias, categorias usadas na compreensão do mundo, formas de pensamento e de expressão: narrativas, mitos, metáforas, expressões musicais, literárias, performáticas, gráficas, e artísticas em geral (MALINOWSKI, 1984).

15 Já Lambros Comitas, em pesquisa de campo na Bolívia nos anos posteriores ao fim do período socialista de 1952-1964, foi chamado à embaixada americana no país e lá ouviu de um diplomata que este queria acesso aos dados de campo do pesquisador (onde nomes e informações importantes de lideranças políticas do interior da Bolívia estavam registrados), ao que naturalmente se opôs (comunicação pessoal). A Bolívia passou por uma revolução nacionalista em 1952, onde ampla reforma agrária foi realizada e direitos civis foram conquistados pela população camponesa. Um golpe militar em 1964 pôs fim ao período revolucionário. Comitas fez pesquisa etnográfica no país entre os anos de 1964 e 1967.

É possível adotar uma abordagem menos estruturada, uma vez que a própria divisão entre normas de organização social, comportamentos reais, e formas de pensamento e expressão, como aspectos distintos da realidade, é marca característica da forma como o pensamento ocidental ordena seus conhecimentos sobre sociedade e cultura; outros grupos sociais podem “dividir”, e portanto ver e viver a realidade de forma diferente (BOURDIEU, 2002). De fato, o próprio professor de Malinowski, William Rivers, havia alertado já em 1912 para os perigos do uso de “categorias civilizadas” na pesquisa de campo. Para Rivers, noções abstratas deveriam ser atingidas por intermédio de fatos e eventos concretos (PEIRANO, 1995).

O final do processo etnográfico consiste na escrita etnográfica propriamente dita. “Escrita” aqui pode ser tomada como termo genérico para a organização dos dados e análises para posterior divulgação, o que pode incluir produção fotográfica (fotoetnografias) e em vídeo (documentários etnográficos) – mas é preciso que se diga que a antropologia, historicamente, tem sido uma disciplina voltada fundamentalmente para a produção textual. As *monografias etnográficas*, como os livros resultantes de pesquisas de campo são comumente chamados (o *Argonautas* de Malinowski sendo um exemplo paradigmático), são relatos detalhados das observações de campo, em geral sucedidos por análises, interpretações e elaborações teóricas. Diferentemente de outras disciplinas, em antropologia não é incomum que teses de doutorado sejam publicadas em forma de livro sem grandes alterações estruturais.

À medida que os debates a respeito da natureza da antropologia e da etnografia ocorriam ao longo do século 20, e mais intensamente a partir dos anos 1970, como já mencionado, os autores passam a inserir nos textos etnográficos indicações a respeito de sua presença no campo, e na forma como os dados etnográficos são produzidos a partir da interação entre as suas subjetividades e as dos interlocutores. Problematisa-se, também, a noção de “presente etnográfico”, ou seja, a descrição da realidade observada sem referências temporais, como se esta estivesse “suspensa no tempo”, o que induz a uma abordagem essencializante e retira dos agentes e grupos estudados a condição de atores que se pensam, pensam o antropólogo, e se transformam no tempo e no espaço (WAGNER, 2010).

Por fim, é preciso mencionar a questão das dimensões éticas da escrita etnográfica. Em geral, o pesquisador acadêmico goza de um grau de prestígio, visibilidade e autoridade intelectual socialmente reconhecida que os membros da comunidade não têm, nem são, muitas vezes, capazes de compreender de antemão. A sua descrição de um grupo ou prática social (ainda que bem intencionada) pode ter efeitos deletérios seríssimos para os interlocutores locais. O caso talvez mais famoso na antropologia norte-americana trata da publicação do livro *Yanomamô: the fierce people*, por Napoleon Chagnon, em 1968. Neste livro, que vendeu mais de um milhão de cópias, Chagnon descreve a cultura dos índios Yanomami, da fronteira entre Brasil e Venezuela, como essencialmente fundamentada em violência. Como parte da repercussão do livro, a revista Time, por exemplo, comparou os Yanomami com babuínos (RAMOS, 2004).

O governo militar brasileiro adotou então, nos anos seguintes à publicação do livro, medidas visando a sua "pacificação", como a divisão do território Yanomami em 21 partes. Segundo Ramos (2004, p. 4), "orientando esse plano estava a intenção de acabar com as tais práticas agressivas dos indígenas tão alardeadas pela imprensa e impedir que uniões incestuosas degenerassem ainda mais o seu caráter selvagem". O livro de Chagnon, ao influenciar as atitudes do governo brasileiro para com os Yanomami, por consequência afetou negativamente a relação entre estes indígenas e grupos não-indígenas locais, principalmente garimpeiros. Inúmeros antropólogos vêm publicando desde os anos 1970 resultados de pesquisa que contradizem os dados de Chagnon com relação à cultura Yanomami (ALBERT, 2001; RAMOS, 2004); os danos ao povo Yanomami, no entanto, são praticamente irreversíveis.

MEIO AMBIENTE E NORMATIVIDADE

Há uma imensa literatura antropológica que toma questões ligadas ao meio ambiente como elemento central. Em razão do fato de que a antropologia se desenvolveu como disciplina acadêmica por meio do estudo de populações fundamentalmente silvícolas e/ou agrárias, questões ligadas à relação dos grupos humanos com animais, plantas, solo e água são frequentemente tema de análise. Entre 1999 e 2007 o periódico *American Anthropologist*, por exemplo, dedicou anualmente pelo menos uma edição especial a questões ligadas a temas ambientais. Não é essa produção acadêmica que nos interessa aqui, mas sim os esforços de pesquisa onde a problemática ambiental é tomada de forma isolada e utilitarista, sem interlocução consistente com as teorias sociais; ou seja, onde, ao invés da pesquisa focar em questões ambientais no intuito de compreender a existência humana, como faz a antropologia tradicionalmente, o que se busca é estudar comportamentos humanos específicos com o objetivo de entender problemas ambientais pontuais. Não há qualquer intenção aqui de sugerir que a teoria social é mais "importante" que o meio ambiente¹⁶; o que pretendemos discutir são as implicações metodológicas, e, portanto, epistemológicas, decorrentes da forma como a pesquisa é desenhada, e como isso afeta a atividade e os resultados da atividade etnográfica.

Em geral, os antropólogos pensam a sua disciplina como diferente das demais ciências (especialmente as físicas e biológicas) onde paradigmas bem estabelecidos conduzem todo o processo de pesquisa. O antropólogo tem pouco controle sobre os resultados do seu processo de pesquisa, e espera que a novidade encontrada (e vivida) no grupo social estudado – seja na floresta, no campo, ou na cidade - lhe revele, ao mesmo

16 Na verdade, a própria distinção entre o humano e o "natural" (onde o meio ambiente se inclui), da forma como tais conceitos subjazem e estruturam o debate ambiental ocidental, vem sendo criticada na antropologia há pelo menos duas décadas (ver LATOUR, 1993; STRATHERN, 1988; VIVEIROS DE CASTRO, 2002, 2007).

tempo, algo sobre a humanidade como um todo e sobre as formas de diferenciação por meio das quais a humanidade funciona.

No entanto, um número crescente de pesquisas ambientais voltadas às populações humanas – ou às *dimensões humanas* da questão ambiental, como o tema é tratado nas discussões sobre mudanças climáticas – não está interessado nas conversações acadêmicas mais abstratas sobre a existência humana, mas sim na compreensão de comportamentos humanos concretamente ligados ao meio ambiente, em geral com o objetivo de elaborar estratégias para, de alguma forma, *transformar* tais comportamentos. Dessa forma, tais pesquisas de campo, sobre usos e formas de gestão de água, de sementes e diversidade genética, de produção e disposição de lixo, do uso de queimadas em atividades de preparo agrícola, de práticas de caça e pesca, dentre várias outras, têm pouco interesse no conteúdo cultural ou social de tais práticas. Tais pesquisadores vão a campo com o pré-diagnóstico de que há um padrão de comportamento ou existência social, frequentemente revelado por outras metodologias de pesquisa ou mesmo pelo senso comum, que precisa ser alterado. Em geral, essa abordagem está ligada a alguma forma de *normatividade*, ou seja, de prescrições sobre como deve ser a realidade.

Outras ciências sociais não entendem prescrições normativas como problemáticas. Em Ciência Política, por exemplo, a ideia de que a democracia, no Brasil e em qualquer outro lugar, deve ser “melhorada”, e que a Ciência Política tem nessa melhoria sua razão de ser, é senso comum. Mas esse não é o caso da Antropologia: a partir de uma perspectiva que toma as formas de organização sociocultural como sendo necessariamente locais, com suas histórias e lógicas específicas, abordagens normativas fechadas, *no desenho da pesquisa e na sua execução prática*, são entendidas como atitude etnocêntrica¹⁷. Uma das razões para isso é justamente a abertura à diferença de ideias e comportamentos, entendidos na complexidade do seu contexto, que a etnografia requer. A própria adoção da recomendação malinowskiana da permanência estendida em campo resulta, via de regra, na desmontagem dos estereótipos a respeito do grupo estudado ou suas formas de comportamento, uma vez que tais estereótipos não sobrevivem ao contato cotidiano, complexo e denso, da realidade de campo. Isso não significa necessariamente que o etnógrafo passe a aceitar tais comportamentos, mas apenas que desenvolve uma visão mais sutil e contextualizada sobre eles.

O princípio político mais fundamental da Antropologia é, desta forma, a defesa do direito à diferença. Grande parte da atuação política de antropólogos se dá justamente na defesa desse direito, num contexto global de expansão da cultura e do consumo de massas, e de políticas públicas homogeneizantes (e que, portanto, não reconhecem nem respeitam o direito à diferença). Os antropólogos frequentemente adotam posturas de

17 “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc” (ROCHA, 1988, p. 5).

ativismo em prol dos grupos humanos onde desenvolvem seus trabalhos, quando estes são politicamente oprimidos ou explorados¹⁸.

Sendo assim, argumentamos que pesquisas de campo que se utilizam de observação participante, mas que têm como objetivo explícito entender uma prática ou organização social num grau de complexidade mínimo que apenas permita a formulação de estratégias para mudá-los (o que frequentemente desvia a atenção do pesquisador pra longe dos ciclos socioculturais do grupo, reduzindo a sua permanência no meio social estudado) não são propriamente etnografias, porque não se enquadram nos pressupostos metodológicos, nem epistemológicos, que definem uma atividade como propriamente etnográfica. O fato de o objetivo da pesquisa ser consenso entre acadêmicos e elaboradores de políticas públicas – como a necessidade de reduzir a emissão de carbono, reduzir desmatamento, preservar florestas, conservar a qualidade da água, mudar a opinião dos céticos a respeito das mudanças climáticas, etc. – não altera essa questão¹⁹.

Obviamente a maioria dos antropólogos defende a preservação do meio ambiente, defendendo, portanto, mudanças culturais e comportamentais que contribuam para tanto. O que não defendem é a adoção de mecanismos indutivos unilaterais que, em razão de estarem fundamentados em uma compreensão superficial dos fenômenos estudados, acabem por trazer efeitos colaterais desastrosos para as comunidades envolvidas. Infelizmente, a literatura etnográfica está repleta de tais casos (ESCOBAR, 1994, 2008; FERGUSSON, 1990; SCOTT, 1998; TAUSSIG, 1987, 1988).

A atitude de abertura que marca a abordagem etnográfica obriga o pesquisador a considerar com seriedade não apenas as práticas observadas, mas também as formas por meio das quais os grupos estudados diagnosticam problemas e explicam suas ações. O uso da etnografia em processos de pesquisa que tem como objetivo a elaboração de políticas públicas, se tomado à risca, implica na adoção de uma abordagem participativa em todas as etapas do processo, desde (ou mesmo antes de) o *diagnóstico* das realidades ou práticas tidas como problemáticas. Consensos acadêmicos anteriores devem ser, dessa forma, relativizados e relocalizados dentro das formas como argumentos e habilidades serão negociados e a autoridade das ideias (re)construída. Trata-se de um processo que é parte da construção do que tem sido chamado de *cidadania ambiental*, em seu viés epistemológico (GAMBOGGI; BORGES, 2011; TADDEI; GAMBOGGI, 2010; TADDEI, no prelo).

18 Castro (2008) sumariza de forma interessante as discussões contemporâneas sobre etnografia, escrita e participação política ligada à pesquisa de campo.

19 Mas é preciso que se diga que, em um país como o Brasil, onde legisladores e políticos fazem uso extensivo do direito indutivo, forçando mudanças comportamentais por meio da criação de leis que criminalizam comportamentos estabelecidos, sem estudos aprofundados a respeito de tais comportamentos (TADDEI, 2004), a realização de pesquisas de campo como etapa na formulação de políticas públicas, mesmo que os preceitos etnográficos não sejam formalmente seguidos, já é um avanço considerável.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Há paralelos importantes entre mecanismos de indução de transformações comportamentais, como políticas públicas, e práticas jornalísticas ligadas ao meio ambiente. Em geral, há um elemento persuasivo em toda produção jornalística. A comunicação ambiental é frequentemente entendida como uma forma *específica* de comunicação persuasiva: seja para afetar comportamentos exclusivos (como a disseminação de informações que induzam a certas decisões agrícolas, por exemplo) ou atitudes mais genéricas (o estímulo à adoção de um “estilo de vida” mais sustentável). O jornalismo ambiental no Brasil tende a ser mais prescritivo, e, portanto, mais *explicitamente* persuasivo, que o jornalismo econômico ou político²⁰ (ALVARENGA; AZEVEDO, 2011; GIRARDI; MASSIERER; SCHWAAB, 2007). Muitos dos principais jornalistas dedicados ao meio ambiente no Brasil, como André Trigueiro e Vilmar Berna, são explícitos com relação a essa questão²¹ - o jornalismo ambiental é tomado como uma forma de ativismo (BERNA, 2011; TRIGUEIRO, 2006).

No entanto, muito se discute a suposta pouca eficácia do jornalismo ambiental na mudança de ideias ou práticas ambientais (BELL, 1994; BOYKOFF, 2006; NOLETO FILHO, 2003), discussão essa que ganhou força em razão da incapacidade da imprensa norte-americana em pautar as decisões políticas a respeito das mudanças climáticas naquele país (ANTILLA, 2005; BOYKOFF; BOYKOFF, 2004, 2007). Centros de investigação a respeito surgiram em diversas instituições de pesquisa, como o *Yale Forum on Climate Change & The Media*²², na Universidade de Yale, o *Media, Ethics and Climate Change Project* do Center for Science and Technology Policy Research da Universidade do Colorado em Boulder²³, o *Center for Climate Change Communication* na Universidade George Mason²⁴, o *Center for Research on Environmental Decisions* na Universidade de Columbia²⁵, dentre muitos outros.

Subjaz a postura normativa da comunicação ambiental, no Brasil como nos Estados Unidos, a ideia de que certos comportamentos ecologicamente negativos são resultado

20 A comunicação ambiental, no entanto, não se limita ao jornalismo ambiental. Outras atividades de comunicação ambiental incluem a atividade de relações públicas de universidades e centros de pesquisa, de agências governamentais ligadas à meteorologia, à agronomia, à gestão de recursos ambientais, etc.

21 Ver o caso do programa Cidades e Soluções, da Globo News, por exemplo. Outro exemplo é o Envolverde, um dos mais importantes portais de jornalismo ambiental do Brasil, onde se lê que o site tem como missão “Ser parte de um processo transformador da sociedade em direção a uma economia sustentável” (<http://envolverde.com.br/quem-somos/>, acessado em 14 de junho de 2011).

22 <http://www.yaleclimatemediaforum.org>

23 <http://sciencepolicy.colorado.edu/projects/mecc.html>

24 <http://www.climatechangecommunication.org/>

25 <http://cred.columbia.edu>

de “falta de informação”²⁶. Nos Estados Unidos, conforme Nisbet e Goidel (2007), essa tendência é chamada de *analfabetismo científico (science illiteracy)*, e uma das evidências da sua popularidade e disseminação é a frequência com que a mídia e gestores públicos patrocinam ou referem-se a pesquisas quantitativas que visam medir a compreensão pública de conhecimentos elementares da ciência e sua forma de operação, apontando para a relação de linearidade entre o grau de conhecimento científico e a atitude frente à ciência (ibid., p. 421-422).

Há, no entanto, pouca evidência científica que sustente a hipótese de que informação apenas seja o fator que induza a mudanças comportamentais (NORGAARD, 2011; CENTER... 2009, DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993). Abordagens mais recentes (ALLUM et al., 2008, CASH et al., 2003; TADDEI, 2008) sugerem que um estímulo a mudanças comportamentais e cognitivas, para ter um mínimo de eficácia, deve relacionar-se com pelo menos quatro dimensões fundamentais da existência sociocultural do seu interlocutor ou público-alvo: as formas como *saliência, relevância, autoridade e legitimidade* são percebidas, negociadas ou construídas²⁷.

Saliência diz respeito à relação entre o sistema de categorias usado pelo grupo para dar conta da realidade, e a forma como a novidade ou o estímulo à mudança relaciona-se com tais categorias. Um exemplo de nossas pesquisas de campo (TADDEI, 2005; TADDEI; GAMBOGGI, 2010) mostra que a Meteorologia, por exemplo, fundamenta sua produção de informações atmosféricas sobre a distinção entre *clima* (medições estatísticas de longo prazo, como estações chuvosas mais ou menos intensas que a média) e *tempo* (eventos atmosféricos concretos, como um temporal). Como a população em geral usa ambos os termos como sinônimos, tal distinção não é saliente, e, portanto, a informação frequentemente não é compreendida. Trata-se, assim, da dimensão *cognitiva* da questão.

Já relevância diz respeito à adequação da novidade aos processos sociais às quais diz respeito. Uma previsão climática de boa qualidade, mas que chegue ao usuário atrasada, depois do momento em que a informação teria sido útil, é irrelevante, ainda que seja saliente, ou seja, que os envolvidos a entendam e reconheçam o seu valor potencial. Essa é a dimensão *processual* (e frequentemente, mas não exclusivamente, *econômica*) da questão.

Autoridade refere-se à credibilidade e a relações de poder, o que remete à dimensão *política* do problema. Se quem está sugerindo a mudança ou fornecendo a informação for associado a rivais ou inimigos do grupo (como a meteorologia é, no pensamento de

26 O jornalismo ambiental brasileiro, ainda que fortemente pautado pelo modelo de “falta de conhecimento”, tem seus momentos onde outras abordagens se fazem presentes. O programa televisivo Cidades e Soluções, por exemplo, recorrentemente discute abordagens tecnológicas e institucionais que transcendem a dimensão puramente informativa.

27 Adaptado e expandido a partir de Cash et al., 2003.

muitos agricultores familiares no Brasil, recorrentemente associada a governos estaduais cujas políticas agrícolas são muitas vezes entendidas como estando em oposição aos seus interesses; ver TADDEI, 2006, 2008), a mudança ou informação será rejeitada.

E, finalmente, legitimidade refere-se à adequação da novidade ou da informação aos sistemas de valores, normas e crenças do grupo. Trata-se da dimensão *cultural*.

Essa divisão, ainda que assumidamente esquemática, tira o foco da abordagem unidirecional, normativa ou informativa, e ressalta o caráter *relacional* da questão. As quatro dimensões mencionadas - categorias cognitivas, processos (econômicos), relações políticas e padrões culturais - são fundamentalmente complexas, não comunicáveis nem prescritíveis, mas necessariamente construídas na relação entre os envolvidos. O trabalho etnográfico, e a atitude de *abertura etnográfica* que o caracteriza, apresenta-se como metodologia especialmente eficaz para investigar essas questões nas condições do contexto em que a ação social propriamente dita acontece.

A etnografia, aqui, pode ser entendida como mais do que uma mera metodologia, mas tomada na sua acepção de *diálogo intercultural*. A experiência etnográfica, como instância especial da experiência mais genérica da comunicação, pressupõe, de início, seres em coexistência contextual, fazendo uso de seus recursos conceituais e materiais, para se posicionarem um frente ao outro, na dialética entre estarem existencialmente abertos (curiosidade) e fechados (medo). O compartilhamento do espaço e do tempo produz graus variados de intersubjetividade e de *interobjetividade* (LATOURET, 1996); esse é o compartilhamento existencial pressuposto pela ideia de comunicação em sua acepção etimológica de “tornar comum” (SODRÉ, 2007).

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce (Ed.). **Research and Ethics: The Yanomami case (Brazilian contributions to the Darkness in El Dorado controversy)**. Brasília: Comissão Pró-Yanomami. Disponível em: <www.proyanomami.org.br>, 2001. Documentos Yanomami n. 2.

ALLUM, N. et al. Science knowledge and attitudes across cultures: a meta-analysis. **Public Understanding of Science**, January 2008, v. 17, n. 1, p. 35-54, doi: 10.1177/0963662506070159.

ALVARENGA, José Maria de; AZEVEDO, Luiza Elayne Correa de. Jornalismo ambiental: questões ambientais publicadas nos jornais “a crítica” e “amazonas em tempo” 2007 – 2009. **Revista Ceciliansa**, v. 3, n. 1, p. 7-12, 2011.

ANTILLA, Liisa. Climate of scepticism: US newspaper coverage of the science of climate change. **Global Environmental Change**, v. 15, 2005, p. 338-352.

BAILEY, Fredrick George. **Stratagems and Spoils**. Boulder, CO.: Westview Press, 2001.

BEIDELMAN, T. O. (Ed.). **The Translation of culture**: Essays to E. E. Evans-Pritchard. London: Tavistock Publications, 1971.

BELL, A. Climate of opinion: public and media discourse on the global environment. **Discourse & Society**, v. 5, n. 1, 1994, p. 33-64.

BERNA, Vilmar S. D. **Mídia ambiental**: a união poderia fazer a diferença. 2011. Disponível em: <<http://cbja-rio2011.com.br/1163/midia-ambiental-a-uniao-poderia-fazer-a-diferenca.html>>. Acesso em: 07 out. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOYKOFF, J. Framing dissent: mass-media coverage of the global justice movement. **New Political Science**, v. 28, n. 2, 2006, p. 201-228.

BOYKOFF, Maxwell T.; BOYKOFF, Jules M. Balance as bias: global warming and the U.S. prestige press. **Global Environmental Change**, v. 15, n. 2, 2004, p. 125-136.

_____. Climate change and journalistic norms: A case-study of US mass-media coverage. **Geoforum**, v. 38, Issue 6, 2007, p.1190-1204.

CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**: Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da Identidade**: ensaios sobre Etnicidade e Multiculturalismo. São Paulo: Unesp, 2006.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CASH, David W. et al. Knowledge systems for sustainable development. **PNAS**, v. 100, n. 14, jul. 2003, p. 8086-8091.

CASTRO, Josué Tomasini. "Vá e conte ao seu povo": interpretações e mediações no trabalho antropológico. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Belém, v. 3, n. 1, jan./abr. 2008, p. 79-9.

CENTER FOR RESEARCH ON ENVIRONMENTAL DECISIONS - CRED. **The Psychology of Climate Change Communication**. New York: CRED, 2009.

CHAGNON, Napoleon. **Yanomamö**: the fierce people. New York: Holt, Rinehart, and Winston, Inc., 1968.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. Estratégias teóricas para persuasão. In **Teorias da Comunicação em Massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 290-312.

DENZIN, N. K. **The research act**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1979.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

_____. **Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes.** Durham: Duke University Press, 2008.

FERGUSON, James. **The Anti-Politics Machine: "Development," Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GAMBOGGI, Ana Laura; BORGES, Silvia. **Pegada Hídrica: qual o tamanho da sua?** O consumo e os problemas da água na visão de estudantes dos ensinos fundamental e médio da cidade do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2011.

GARFINKEL, Harold; LYNCH, Michael; LIVINGSTON, Eric. The work of a discovering science construed with materials from the optically discovered pulsar. **Philosophy of the Social Sciences**, 1981, v. 11, p. 131-58.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures.** New York: Basic Books, 1973.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. Estratégias discursivas para persuadir o agricultor ao produtivismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 4, n. 1, 2007.

GREEN, Jesse. **Cushing at Zuni: the Correspondence and Journals of Frank Hamilton Cushing 1879-1893.** Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990.

HERÓDOTO. **Historias.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.** Rio de Janeiro: Forense, 1994.

_____. **Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

LATOURETTE, Bruno. On Interobjectivity. **Mind, Culture and Activity**. v. 3, n. 4, 1996, p. 228-245.

_____. **We Have Never Been Modern.** Cambridge, MA.: Harvard University Press, 1993.

LATOURETTE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the Western Pacific.** Prospect Heights: Waveland Press, 1984.

MANZ, Beatriz. Reflections on an Antropologia Comprometida: Conversations with Ricardo Falla. In: NORDSTROM, Carolyn; ROBBEN, Antonius C.G.M. (Eds.), **Fieldwork Under Fire: Contemporary Studies of Violence and Survival.** Berkeley: University of California Press, 1995, p. 261-274.

NOLETO FILHO, Pedro Aquino. **Comunicar para desenvolver**: da persuasão à comunicação. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2003.

NORGAARD, Kari Marie. **Living in Denial - Climate Change, Emotions, and Everyday Life**. Cambridge, MA: MIT Press, 2011.

NISBET, Matthew C.; GOIDEL, Robert K. Understanding citizen perceptions of Science controversy: Bridging the ethnographic-survey research divide. **Public Understanding of Science** 2007, v. 16, p. 421-440, DOI: 10.1177/0963662506065558.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RAMOS, Alcida Rita. **Os Yanomami no Coração das Trevas Brancas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. Série Antropologia n. 350.

RIEMER, Frances J. Ethnography Research. In: LAPAN, Stephen D.; QUARTAROLI, Mary Lynn T.; RIEMER, Frances J. (Eds.), **Qualitative Research: An Introduction to Methods and Designs**. Hoboken: Wiley, 2011.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

SACHAU, Edward C. **Alberuni's India**. London: Kegan Paul, 1910.

SCHUTZ, Alfred. **The Phenomenology of the Social World**. Evanston: Northwestern University Press, 1967.

SCOTT, James C. **Seeing Like a State**. New Haven: Yale University Press, 1998.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**, São Paulo, ano 1, n. 1, jul./dez. 2007, p. 15-26.

STOCKING Jr., George W. Franz Boas and the Founding of the American Anthropological Association. **American Anthropologist**, v. 62, n. 1, 1960, p. 1-17.

_____. **Malinowski, Rivers, Benedict and others**: Essays on culture and personality. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.

STRATHERN, Marilyn. **The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia**. Los Angeles: University of California Press, 1988.

TADDEI, Renzo. Os usos da lei e a vida social da legislação hídrica: Notas e reflexões sobre o caso do Ceará. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos (SP), n. 44, 45, jan./jul. 2004, p. 273-286 (ISSN 0104-0103).

_____. **Of Clouds and Streams, Prophets and Profits**: The Political Semiotics of Climate and Water in the Brazilian Northeast. Tese (Doutorado) Columbia University, 2005.

_____. Oráculos da Chuva em Tempos Modernos: Mídia, Desenvolvimento Econômico, e as Transformações na Identidade Social dos Profetas do Sertão. In MARTINS, Karla (org.), **Os Profetas da Chuva**. Fortaleza: Tempo D'Imagem, 2006.

_____. A Comunicação Social da Informação sobre Tempo e Clima: o Ponto de Vista do Usuário. **Boletim da Sociedade Brasileira de Meteorologia**, v. 32, p. 20-39, 2008.

_____. Social Participation and the Politics of Climate in Northeast Brazil. In: LATTA, Alex and WITTMAN, Hannah (Orgs.), **Environment and Citizenship in Latin America: Sites of Struggle, Points of Departure**. New York: Berghahn Books. No prelo.

TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura (Orgs). **Depois que a chuva não veio**. Respostas sociais às secas no Nordeste, na Amazônia e no Sul do Brasil. Fortaleza: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos & Comitês Institute for Anthropological Study, 2010.

TAUSSIG, Michael. **Shamanism, Colonialism and the Wild Man**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____. **Devil and Commodity Fetishism in South America**. Chapel Hill: University of N. Carolina Press, 1988.

TRIGUEIRO, André. **Não há mais tempo a perder**. 2006. Disponível em: <<http://www.mundosustentavel.com.br/2006/11/nao-ha-mais-tempo-a-perder/>>. Acesso em: 07 out. 2011.

VELHO, Otávio. **Mais realistas do que o Rei**: Ocidentalismo, religião e modernidades alternativas. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. **Eduardo Viveiros de Castro**. Coleção Encontros, Sztutman, Renato (Org.). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZALUAR, A. M. **Violência, Cultura, Poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.